

PERSPECTIVA TERRITORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: O CASO DA FRONTEIRA BRASIL/URUGUAI

Territorial perspective for rural sustainable development: the case of the border Brazil / Uruguay

Perspectiva territorial del desarrollo rural sustentable: el caso de la frontera Brasil/Uruguay

Tatiane Almeida Netto
Universidade Federal de Santa Maria-RS
tatianetto@gmail.com

Janete Webler Cancelier
Universidade Federal de Santa Maria-RS
janetewc@yahoo.com.br

Letícia Fátima de Azevedo
Universidade Federal de Santa Maria-RS
letiazevedo@hotmail.com

Resumo

O capitalismo agrário avança nos espaços rurais transformando-os e dinamizando-os. Desencadeia novas territorializações e novas relações sociais advindas destas transformações no sistema produtivo. O objetivo deste artigo é analisar a importância de um estudo territorial em face a um rural dinâmico que incorpora a necessidade do desenvolvimento sustentável. Visa discutir questões relacionadas às transformações territoriais na presença de um rural dinâmico na fronteira Brasil - Uruguai com a premissa do desenvolvimento sustentável. Propõem-se apresentar a dinâmica de território para compreensão da estrutura agrária presente, que considere a abordagem dos diversos atores sociais e de novos sistemas de produção que demandam o desenvolvimento do espaço rural. Metodologicamente utiliza-se de instrumentos como a pesquisa documental, bibliográfica, observação direta e entrevista semiestruturada com informantes qualificados utilizando-se do método dialético e a abordagem qualitativa para análise dos dados. Os resultados apontam que os diversos sujeitos presentes para se manterem na atualidade se inserem na lógica produtivista diversificando a produção, utilizando de tecnologias e vendendo sua força de trabalho. Conclui-se que o espaço rural deve ser compreendido como território de incorporação do capital derivados da transformação agrária e das inter-relações sociais do mesmo com o ambiente. O rural reconfigurado emerge como um espaço agrário que deve ser focado pela visão social, econômica e ambiental na dinâmica das relações sociais do território com a natureza. Para almejarmos o desenvolvimento rural sustentável frente à dinâmica territorial devemos focar a multifuncionalidade do espaço rural apoiado na produção familiar.

Palavras-chave: território, rural, multifuncionalidade, relações sociais, desenvolvimento sustentável.

Abstract

The agrarian capitalism advances in rural areas transforming and boosting them. It triggers off new territorial coverages and new social relations arising from these changes in the production system. The objective of this paper is to analyze the importance of a territorial study in the face of a dynamic rural incorporating the need for sustainable development. It aims to discuss issues related to territorial transformations in the presence of a dynamic rural on the border Brazil - Uruguay with the premise of sustainable development. We propose to present the dynamics of territory to understand the present agrarian structure, which consider the approach of various social actors and new production systems that require the development of rural areas. Methodologically it makes use of instruments such as documentary and bibliographic research, direct observation and semi-structured interviews with qualified informants using the

dialectical method and qualitative approach to data analysis. The results show that the various persons present to remain at the current insert themselves in the productivist logic diversifying production, using technologies and selling their labor strength. We conclude that the countryside should be understood as the territory of incorporation of the capital derivatives of agrarian transformation and social inter-relations of the same with the environment. The reconfigured rural emerges as an agrarian space that should be focused on the social, economic and environmental vision in the dynamics of social relations of the territory with nature. To achieve the rural sustainable development facing the territorial dynamics we should focus multifunctionality of rural areas supported on the family production.

Keywords: territory, rural, multifunctionality, social relations, sustainable development

Resumen

El capitalismo agrario avanza en los espacios rurales transformándolos y dinamizándolos. Desencadenando nuevas territorializaciones y nuevas relaciones sociales que surgen de estas transformaciones en el sistema productivo. El objetivo de este artículo es analizar la importancia de un estudio territorial en frente a un rural dinámico que incorpora la necesidad del desarrollo sostenible. Con el fin de debatir cuestiones relacionadas a las transformaciones territoriales de un rural dinámico ubicado en la frontera Brasil – Uruguay, con la premisa del desarrollo sustentable. Se propone presentar la dinámica del territorio para entender la estructura agraria actual, que considere el enfoque de diversos actores sociales y de nuevos sistemas de producción que requieren el desarrollo del espacio rural. Metodológicamente se utilizaron instrumentos como investigación documental, bibliográfica, la observación directa y entrevistas semi-estructuradas con informantes calificados, utilizando el método dialéctico y el enfoque cualitativo para el análisis de los datos. Los resultados muestran que los diferentes sujetos para poder permanecer, se insertan en la lógica de productivista diversificando la producción, usando tecnologías y vendiendo su fuerza de trabajo. Se concluye que el espacio rural debe ser entendido como el territorio de incorporación del capital derivado de la transformación agraria y las interrelaciones sociales de la misma con el medio ambiente. El rural reconfigurado surge como un espacio agrario que debe ser enfocado desde una visión social, económica y ambiental en la dinámica de las relaciones sociales del territorio con la naturaleza. Para almejar el desarrollo rural sustentable frente a la dinámica territorial deben centrarse en la multifuncionalidad del espacio rural apoyado en la producción familiar.

Palabras clave: territorio, rural, multifuncionalidad, de relaciones sociales, desarrollo sustentable.

INTRODUÇÃO

A perspectiva do rural se transforma a partir da abordagem do capitalismo agrário, das complexas relações da natureza com a sociedade que moldam as formas de produção e mercado presentes neste espaço. Percebe-se que o rural hoje apresenta diversas transformações no sistema produtivo frente à presença do agronegócio. Estas transformações acarretam também uma modificação na estrutura social eventualmente dividida em: assalariados rurais, empresários rurais, camponeses e/ou produtores familiares.

As transformações no tempo espaço tais como a modernização, a globalização e a inserção de tecnologias fazem com que emergem, no espaço rural, novas atividades agrícolas e não agrícolas. Estas ancoradas numa visão sócio-política, na qual a atividade agrícola não se esgota na produção de alimentos e oferece a sociedade uma gama de bens, tangíveis e intangíveis, ligados ao simbólico e, principalmente, ao contato com a natureza (WANDERLEY, 2000; CARNEIRO, 1998; FROELICH, 2002).

O rural pode ser compreendido como um espaço de vida multidimensional, onde os sujeitos sociais promovem o seu desenvolvimento, através das relações sociais. Os vínculos entre território, terra, lugar e as

relações que nele se desenvolvem determinam a formação social, política, cultural e a identidade local (FERNANDES, 2005).

A emergência das novas funções do rural acaba por resultar na presença da pluriatividade, um fenômeno onde famílias de agricultores, tradicionalmente ocupadas com atividades estritamente agrícolas, passam a desenvolver outras atividades como estratégia de complementação de renda. A pluriatividade, conforme descreve Schneider (1999), refere-se a situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção.

Os avanços de novos sistemas de produção no espaço rural e a permanente transformação em mudanças físicas, socioeconômicas e culturais deste espaço demandam um estudo de abordagem territorial para que se perceba a dialética existente entre os diversos atores em disputa de poder regidos pela nova ordem econômica de desenvolvimento.

Nesse sentido o conceito de território é utilizado visando à construção de uma teoria social que permita um entendimento aprofundado do mundo contemporâneo e globalizado. Assim sendo, o objetivo deste estudo é discutir questões relacionadas à dinâmica territorial na presença de um rural reconfigurado e a premissa do desenvolvimento sustentável. Visa apresentar as transformações na dinâmica agrária da fronteira Brasil-Uruguai e a perspectiva de uma análise territorial para a viabilização do desenvolvimento rural sustentável.

METODOLOGIA

Considera-se a pesquisa em sua natureza como uma pesquisa exploratória e descritiva que tem por objetivo apresentar a importância de um estudo territorial em face de um rural dinâmico que incorpora a necessidade do desenvolvimento sustentável. A pesquisa em sua natureza empírica apresenta questões relacionadas às transformações territoriais na fronteira Brasil-Uruguai, destacando a presença de um rural dinâmico que almeja o desenvolvimento. Metodologicamente utiliza-se de instrumentos como a pesquisa bibliográfica que abrange os conceitos que norteiam a pesquisa: ruralidade, desenvolvimento sustentável e território.

Para análise dos conceitos envolvidos na dinâmica territorial se estruturou a pesquisa de campo com uso de uma amostragem não probabilística e intencional totalizando quinze entrevistas a informantes qualificados que trabalham e convivem na zona de fronteira Brasil/Uruguai realizadas em setembro de 2014. Os informantes são compostos por: pecuaristas familiares, técnicos privados e públicos (agrônomos, veterinários, geógrafos...), órgãos diretivos de fomento, instituições públicas e de ensino. Nesse sentido, a pesquisa se apóia em informações de atores relevantes, suas opiniões e considerações acerca da dinâmica territorial.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O TERRITÓRIO COMO ESPAÇO E PODER

A discussão sobre o conceito de território emerge após a década de 60/70 com o surgimento da crise paradigmática positivista que resulta na evolução do pensamento geográfico, cujo olhar voltou-se para as redefinições do espaço em decorrência do modo de produção capitalista.

O território passa a ser uma categoria recorrente em virtude da globalização e de novos atores de poder instituídos no rural. Impera-se a tendência de desenvolvimento econômico local, delimitada por um espaço compreendido como território, onde o foco se dá no aproveitamento dos recursos, das oportunidades e das capacidades locais.

Este desenvolvimento proposto não se desprende dos recursos exógenos, atua em nível local levando em conta as diferenças e as especificidades. O desenvolvimento local representa uma forma de integração econômica com o contexto regional e nacional (BUARQUE, 1999; JARA, 1998).

Atualmente o debate sobre território oscila em diferentes visões, algumas o percebem como uma configuração estática e outras como uma visão oposta, dinâmica e complexa em permanente transformação como resultado das mudanças físicas, socioeconômicas e culturais do contexto local (GEHLEN e RIELLA, 2004). Os diferentes e convergentes conceitos de território são influenciados pela realidade estudada, por seus objetivos e por sua concepção de espaço.

Para Saquet (2003) um território não pode ser definido apenas pela sua identidade e formação cultural/política, mas também pelas relações econômicas, fruto das relações sociais, presentes neste espaço e em constante jogo de poder e disputas de espaços políticos, culturais e econômicos. O território se configura através das relações sociais marcadas pelo poder no cotidiano do homem [...] “O campo da relação é um campo de poder que organiza os elementos e as configurações” (Raffestin, 1993, p.53).

Raffestin (1993) possui importância primordial na definição do conceito território. Descreve o caráter político referenciando-se e apoiando-se nas ideias Ratzelianas que destacava como elemento fundador e formador do Estado o enraizamento no solo de comunidades que exploraram as potencialidades territoriais. Salienta-se que o estado ao qual Ratzel descrevia em sua obra e em sua época histórica¹ considerava o Estado totalitário, diferente de nosso tempo real um Estado² que absorve diversas relações de poder. As relações de poder se apropriam do espaço e produzem o território, formando as múltiplas territorialidades. Para Raffestin (1993) as representações do espaço revelam a imagem do território através do controle exercido pelo poder. Assim como o referido autor consideramos importante frisar a diferenciação entre espaço e território, onde o espaço é anterior ao território.

¹A abordagem de território de Ratzel era fundamentada nos pressupostos teóricos e filosóficos positivistas referenciados a partir do método das ciências naturais.

²Importante destacar que para a geografia o Estado existe quando uma população instalada num território exerce a própria soberania, sendo a população, o território e a autoridade os componentes que determinam o Estado (RAFFESTIN, 1993).

Henri Lefebvre também foi utilizado por Raffestin (1993) quando o autor faz a abordagem de território como um espaço modificado pelo trabalho que revela relações de poder políticos que produzem malhas, nós e redes no espaço. Para o autor as relações de poder não estão descoladas das formas espaciais e vice-versa. Ao referenciamos o conceito de território numa visão atual da geografia que repassa pela corrente crítica cita-se Milton Santos como um dos principais autores que perpassa o conceito de território por meio de uma abordagem econômico-material. O conceito de Milton Santos também é construído a partir de um viés político, pelas dominações de poder onde o autor frisa suas reflexões sobre a des-territorialização. Milton Santos apresenta uma concepção de território a partir da categoria de território usado, sinônimo de espaço geográfico resultado do processo histórico da base material e social das novas ações humanas.

“[...] quando quisermos definir qualquer pedaço do território, devemos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política”. (SANTOS e SILVEIRA, 2008, p.247).

Milton Santos (1996) afirma a existência de uma nova dinâmica territorial a partir do avanço da mundialização, a qual ele destaca o meio técnico-científico-informacional que marca a expansão das multinacionais e o avanço de novos sistemas de produção que demandam o desenvolvimento.

Em sua obra Território: globalização e fragmentação, Santos (1994) enfoca conceitos como território usado, horizontalidades e verticalidades, onde afirma que o território pode ser formado por lugares contíguos e de lugares em rede, considerando a historicidade e o caráter híbrido.

O território a partir da globalização apresenta múltiplas significações e uma crescente complexidade em referência às relações sociais presentes, novas categorias e novas vivências são reproduzidas constantemente formam-se então territórios-rede marcados pela descontinuidade e fragmentação. Haesbaert (2004) contextualiza multiterritorialidade como consequência do capitalismo e acumulação flexível dos sujeitos sociais que formam as relações presentes nestes territórios-rede.

Não podemos esquecer que a discussão de território corrente e que teve início com a modernidade remete ao conceito de relação de poder e disputa, por pessoas e grupos presentes neste território, onde merece destaque o conceito formulado por Claude Raffestin “[...] o território se apóia no espaço, mas não é o espaço, é uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que se envolvem, se inscreve num campo de poder” (RAFFESTIN, 1993, p.144).

Haesbaert (2007) analisa o território incorporando elementos como cultura e identidade em seus estudos segundo três vertentes de análise: uma culturalista, uma econômica e outra, jurídico-política. A territorialidade é um *continuum* da dominação político-econômica - funcional e concreta que se estende aos aspectos simbólicos e culturais, ligado às dinâmicas efetivas de apropriação. Haesbaert (2007) se embasa em Lefebvre no respeito à construção de identidade destacando territórios-rede, territórios-zona e aglomerados de exclusão, sendo estes constituintes da multiterritorialidade.

Haesbaert (2007) defende a construção de uma multiterritorialidade fruto de imbricadas relações de poder definida como “a forma dominante, contemporânea ou ‘pós-moderna’, da reterritorialização, a que muitos autores, equivocadamente, denominam desterritorialização”.

A identidade é múltipla e sujeita as diversas reconstruções principalmente na atualidade com a mobilidade crescente e a complexidade das relações espaço-tempo. A identidade territorial remete a uma identidade social, uma vez que o referente simbólico para a construção dessa identidade parte do ou perpassa o território repleto de símbolos e representações (HAESBAERT, 2007).

Para Saquet (2007) o território é apropriado e construído socialmente, fruto do processo de territorialização onde os aspectos políticos, econômicos e culturais são decisivos nos processos de desterritorialização e reterritorialização. O autor retoma a discussão sobre o território sob a ótica desenvolvida por Haesbaert (jurídico-política, econômica e cultural), destaca que os territórios podem ser temporários ou mais permanentes, a depender das relações de poder que se materializam no espaço a partir das relações sociedade natureza.

Os processos de des-territorialização e re-territorialização são historicamente determinados pela expansão do capitalismo e seus aspectos culturais; são produtos socioespaciais do movimento e das contradições sociais, sob a tríade economia, política e cultura que determinam as diferentes territorialidades, no tempo e no espaço, as des-territorialidades e as re-territorialidades.

De acordo com cada momento, período e lugar as forças econômicas, políticas e culturais condicionam o território e a territorialidade, geram a des-territorialidade e as novas territorialidades, nas quais estão intimamente articulados o Estado e o capital representantes do modo capitalista de produção (SAQUET, 2003).

Segundo Abramovay (2007) falar sobre território favorece o avanço nos estudos dos espaços rurais ao menos em quatro dimensões básicas sendo elas: a multifuncionalidade, o desenvolvimento sustentável, o estudo empírico dos diversos atores sociais e a relação entre sistemas sociais e ecológicos na organização produtiva deste espaço.

O RURAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O rural visto como um espaço onde se realiza a produção agropecuária atualmente se coloca como um espaço de múltiplas funções e potencialidades econômicas. Graziano da Silva (1996) discute em seus estudos sobre a emergência de um novo rural no Brasil, produto da urbanização deste e da industrialização da agricultura, que fazem parte de transformações econômicas, sociais e culturais em escala mundial. Estas modificações têm possibilitado repensar o espaço rural na contemporaneidade num contexto de profundas mudanças.

Nas últimas duas décadas do século XX as principais dinâmicas da economia rural se basearam nas riquezas naturais, nos encantos do contexto rural: beleza paisagística, tranqüilidade, silêncio, água limpa e ar puro

(VEIGA, 2004). Desta forma, as paisagens rurais tradicionais, a perspectiva ambiental e a sustentabilidade do uso dos recursos naturais deixam de ser vistas como um aspecto secundário e passa a ser um fator de competitividade (SHNEIDER, 2004, p.92).

A fase mais recente da globalização parece estar indicando que a ruralidade³ terá diversos destinos na medida em que o espaço rural se urbaniza. O processo de modernização reflete na reprodução desses agricultores via integração aos centros agroindustriais e surgimento das atividades não agrícolas, dada à interseção crescente entre a agricultura e os demais setores da economia, não somente nas novas atitudes que referem a consciência sobre as ameaças à biodiversidade quanto à introdução de aposentados com residência fixa no meio rural.

Os processos de organização social no campo relacionam-se a desafios como a luta pela terra, reivindicação de crédito e assistência técnica para a produção, melhoria da infraestrutura, garantia de educação e saúde. A organização social rural pode ser manifestada em diversas formas conforme o período da história em que ocorreram e pela finalidade da organização.

Todavia, é importante compreender que o espaço rural está em permanente transformação, são mudanças físicas, sociais, econômicas e culturais. Compreendê-lo significa antes de tudo reconhecê-lo como heterogêneo e diversificado. A esse respeito Barreto (2004, p.7) enfatiza que;

[] para melhor compreensão do espaço rural, há dois enfoques que permitem um olhar mais amplo sobre esse território. O primeiro trata da “pluriatividade” das famílias rurais, ultrapassando a concepção ainda utilizada de que as famílias no meio rural vivem apenas do trabalho em atividades agrícolas. Hoje, é possível perceber que há muitas outras ocupações que geram emprego e renda para essas famílias, como a construção civil, o artesanato, confecções, etc. O outro enfoque trata da “multifuncionalidade” da agricultura. Engloba as múltiplas funções do mundo rural que, além da produção e extração de bens privados, como alimentos, fibras, agroturismo e outros produtos comerciais, também desempenham funções que se referem à reprodução de bens públicos, como a manutenção da biodiversidade, conservação do solo, a paisagem rural, herança cultural, segurança alimentar, entre outros []. (BARRETO, 2004, p.7)

Observa-se, que no espaço rural encontram-se diferentes sujeitos sociais, cada qual com características específicas que os diferenciam dentro do território. Este espaço também não é isolado, as relações locais, regionais e globais se materializam no espaço geográfico e se manifestam de forma distinta nos territórios.

Carneiro (1998) se refere à multifuncionalidade do espaço agrário como resposta a crise dos agricultores advindas da modernização, onde os mesmos passam a adotar alternativas não agrícolas, chamadas hoje de pluriativas onde se pode perceber na dinâmica multifuncional um resgate da importância do conjunto de contribuições da agricultura para a dinâmica econômico-social dos territórios.

Partindo desta afirmativa, Froehlich (2002) relata que a transformação do espaço rural, hoje assume novos valores simbólicos para diversos grupos sociais, com os quais adquire uma nova legitimidade identitária, não mais se restringindo somente à legitimidade ‘alimentar’ com a qual foi confundido por longo

³A ruralidade pode ser entendida desde um ponto de vista funcional, sob o qual os territórios rurais se qualificam como espaços nos quais coexistem e se integram funções econômicas - produção agrícola, artesanato, turismo e lazer, entre outras; ambientais - preservação de recursos naturais, como água e solo, proteção da biodiversidade e sócio-culturais - conservação e desenvolvimento de características sócio-culturais de comunidades locais (LOCATEL, 2004, p.12).

tempo. E essa legitimidade é fundada na percepção do campo como símbolo de paisagem, beleza, liberdade, tranqüilidade e saúde (FROEHLICH, 2002, p. 208).

Já Frows (1998, apud VEIGA, 2004) aponta o discurso utilitarista para descrever a nova ruralidade, pois os espaços rurais oferecem novas vantagens competitivas: turísticas e imobiliárias, principalmente. Por sua vez, Santos et al. (2008) evidenciam funções que vão da proteção ao meio ambiente a funções socioeconômicas que envolvem o lazer, a cultura e distribuição de emprego e renda. Segundo ainda os apontamentos do autor, existem uma diversidade de tipos de exploração agrícola no Brasil, a questão da multifuncionalidade pode ser observada em diversos níveis desde as chácaras, que têm representado uma demanda crescente pelas características rurais como forma de moradia e lazer, até as novas demandas por alimentos sócios ecologicamente sustentáveis.

Em todo esse contexto, o que se percebe na contemporaneidade é que o espaço urbano influencia o espaço rural e o rural por sua vez influencia o urbano com suas distintas características e territorialidades como afirma Fernandes e Ponte (2002). Desta forma, temos um rural que se transforma, onde novos usos e funções surgem constantemente.

Partindo desta premissa, Dominguez (2011) em suas análises sobre os desafios do mundo rural e a multifuncionalidade agrária especifica que;

La sociedad es la que expresa nuevas exigencias, reclama alimentos sanos y de calidad, medios rurales bellos y acogedores, corrientes de agua limpias, un patrimonio rural mantenido y un ambiente natural preservado. Los territorios rurales se han convertido para la población urbana en lugares de reposo y recreación, por lo tanto, esta situación representa una buena oportunidad para conocer mejor el trabajo de los productores y todas sus facetas. Por otra parte, se están generando cambios en los lugares de residencia de algunos sectores de la población urbana que pasan a residir en el campo, buscando mejores condiciones de calidad ambiental, lo que también incidiría en estas nuevas oportunidades para los productores (DOMINGUEZ, 2011, p. 210).

Assim, novos modos de vida passam a ser valorizados por serem pautados em sistemas de produção particulares e de especificidade local, principalmente os do meio rural. E os agentes territoriais interessados neste mercado evidenciam-no como um espaço de qualidade da vida e bem-estar.

A multifuncionalidade dos espaços agrários aliada a políticas de desenvolvimento da agricultura familiar tende a contribuir para o desenvolvimento rural, prova disso são a geração de novos processos econômicos sociais e políticos derivados das novas relações sociais e atividades rurais.

As políticas públicas são influenciadas pelo capitalismo assim como as políticas voltadas ao desenvolvimento rural. A multifuncionalidade do espaço agrário reconhece que as atividades agrícolas inter-relacionam com o meio ambiente como exemplo os avanços em questões voltadas a segurança alimentar e o patrimônio cultural, mas a mercantilização e o viés mais uma vez econômico acaba por reduzir a lógica das atividades e das relações sociais, limitando o potencial metodológico principalmente na dinâmica de reprodução social. O foco das políticas públicas segue no favorecimento e apoio as atividades não agrícolas, onde o lógico segundo Guanzirolí et al. (2001) seria que o estímulo devesse partir do apoio a agricultura familiar, como se observou nos Países capitalistas desenvolvidos.

Essa é a defesa de Guanziroli et al. (2001) um projeto de desenvolvimento apoiado na produção familiar, o que vai ao encontro do enfoque na tese do modelo agrícola (SILVA NETO, 2009); o favorecimento do custo de oportunidade, em função do aumento da competitividade da produção familiar na agricultura em relação ao valor agregado líquido, e condições de igualdade de acesso a serviços essenciais como educação saúde e ocupação do espaço social agrário.

As teses apresentadas de desenvolvimento rural contemporâneo por Schneider (2009) e Silva Neto (2009) se apóiam no desenvolvimento e apoio a agricultura familiar, mas a ótica de abordagem das políticas públicas se refere a modelos de desenvolvimento diferenciados, o rural e o agrícola. Onde Schneider se apóia na multifuncionalidade do espaço rural, através da pluriatividade defende o progresso material e o bem-estar social dos agricultores. Já Silva Neto argumenta a tese do modelo agrícola, pois acredita ser o estímulo à adoção de certos tipos de produção a chave para o desenvolvimento rural com o aumento do valor agregado pela agricultura familiar.

Schneider se posiciona claramente na multifuncionalidade de uma visão economicista onde aborda a pluriatividade através da agregação de renda de atividades não agrícolas como estratégia de desenvolvimento, pois mesmo admitindo a integração da agricultura familiar às agroindústrias afirma também isso ser um processo seletivo e excludente. Sendo assim, declara existir somente duas alternativas aos agricultores familiares, manter a agricultura de subsistência e estimular a pluriatividade dos membros da família via inserção em atividades não agrícolas fora da propriedade e investir na reconversão produtiva da propriedade através de novas atividades, como turismo rural, exploração dos recursos naturais, fabricação de produtos coloniais. (NEUMANN, 2009).

Já Silva Neto (2009) incorpora alguns elementos sociais além do econômico ao visualizar o desenvolvimento rural a partir da agricultura familiar, onde destaca que deveria haver alteração na alocação dos fatores de produção, terra e capital em principal, apontando a necessidade de rever a estrutura fundiária e as diferenças de acumulação de capital entre os agricultores, promovendo a equidade social com distribuição de renda. Silva Neto não foca sua análise na pluriatividade, na verdade em nenhum momento remete esse tema devido à diferenciação na visão de multifuncionalidade do espaço rural. Na visão de Silva Neto o espaço rural não apresenta em sua totalidade mudanças no processo produtivo, suas atividades e as relações sociais que acontecem no espaço rural continuam a ser agrícolas, até admite existir áreas restritas de comportamentos diferenciados dentro de um sistema agrário de produção como definição agrícola (NEUMANN, 2009).

O novo rural está ressurgindo das organizações sociais advindas da atividade agrícola, um movimento de reorientação da capacidade produtiva da população rural com a absorção de novos componentes econômicos, culturais e sociais. Ao adotarmos a perspectiva de um novo rural estamos aceitando que as complexas relações da natureza com a sociedade estão moldando as formas de produção fazendo surgir atividades agrícolas e não agrícolas ancoradas numa visão sócio-política que defende que a atividade agrícola não se esgota na produção de alimentos e oferece a sociedade uma gama de bens tangíveis e

intangíveis ligados ao simbólico e principalmente ao contato com a natureza (WANDERLEY, 2003, CARNEIRO e MALUF, 2003, FROEHLICH, 2002).

Desta forma, destacamos a formulação de desenvolvimento rural sustentável segundo Guanzioli et al (2001), que leva em análise a multifuncionalidade e a pluriatividade no espaço rural, ao contrário do desenvolvimento rural apontado pela visão economicista acredita que a pluriatividade deve se desenvolver a partir da expansão das atividades agrícolas, que a inclusão de atividades não agrícolas pode gerar benefícios além dos econômicos para os agricultores. Segundo ainda o autor até os dias atuais na maioria dos casos, a decisão para a inclusão de atividades não agrícolas na produção familiar se deu como sobrevivência e uma fonte de alternativa de renda em consonância com a precariedade das políticas públicas de custeio e crédito a agricultura familiar.

O desenvolvimento rural sustentável e contemporâneo deve apoiar-se nas políticas públicas, considerando as multifuncionalidades e a pluriatividade presentes no novo rural. Espaço este, que necessita ser focado em sua totalidade, pela visão social, econômica e ambiental, assim como em suas dinâmicas e relações sociais do território com a natureza. É necessário compreender a agricultura familiar como uma unidade social e não meramente produtiva.

O grande desafio na contemporaneidade está vinculado ao fato de apoiar a produção familiar e legitimar formas de produção que vinculem não somente rendas e sim a incorporação de novos valores simbólicos, tangíveis e intangíveis derivados da transformação cultural do novo espaço rural e das inter-relações sociais do mesmo com o ambiente, este é o desafio.

Neste contexto, a pluriatividade é um fenômeno, resultado de decisões individuais e familiares em um contexto social e econômico, em que a família combina duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura (SCHNEIDER et al, 2006). Esta permite reconceituar à propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. Muitas propriedades possuem mais fontes de renda do que locais de trabalho, obtendo diferentes tipos de remuneração.

A pluriatividade, portanto, refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, e pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração (FULLER, 1990 apud MATTEI, 2007).

Conforme Del Grossi e Graziano da Silva (1998) o conceito de pluriatividade possibilita unir, em uma perspectiva analítica, as atividades agrícolas com outras atividades que gerem ganhos monetários e não monetários, sejam elas internas ou externas ao estabelecimento agrícola familiar.

A agricultura deixou de ser um setor relativamente independente e autossuficiente, com seu próprio mercado de trabalho, e se integrou ao resto da economia e, agora, não pode ser entendida sem sua vinculação com os setores que lhes fornecem os insumos industriais e compram seus produtos (Graziano da Silva, 1996).

O desenvolvimento rural e as novas ocupações de trabalho no rural são estabelecidos e proporcionados pelas construções sociais e relações sociais diversificadas em diferentes regiões, onde segundo Wanderley (1997, apud FROEHLICH et al., 2005) as relações que se estabelecem entre o espaço rural e a cidade mais próxima são as que definem um espaço social diversificado.

Graziano da Silva (1997) destaca que se está criando um novo tipo de riqueza além dos produtos agrícolas, baseadas em bens e produtos não tangíveis, novas funções no espaço rural gerada através do novo ator social “agricultor pluriativo” com novos serviços e ocupações como lazer, turismo, conservação ambiental, moradia e demais atividades diversas de serviço. Grande parte das unidades familiares agrícolas torna-se pluriativas, conforme descreve Schneider (2003), no momento em que o espaço rural converte-se em um espaço mercantilizado de bens e serviços, devido à competição da nova configuração de mercado trabalho. Desta forma percebe-se uma mudança nos processos produtivos, nas organizações sociais, nos hábitos de produção e consumo e noções do que é rural e urbano.

Em decorrência, as exigências sobre o meio rural estão “mais centradas naquilo que os inúmeros interesses econômicos, políticos e sociais desejam que produzam” (SOUZA, 2006). Desta forma, o processo de reprodução do espaço geográfico envolve dinâmicas implementadas por distintos agentes sociais, os quais possuem demandas e interesses específicos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

AS TRANSFORMAÇÕES NA DINÂMICA AGRÁRIA DA FRONTEIRA BRASIL – URUGUAI

As transformações realizadas na dinâmica agrícola da Fronteira Brasil - Uruguai nas últimas duas décadas ocasionaram uma reconfiguração territorial do espaço rural, e essa reconfiguração é consolidada e instituída pelos novos agentes hegemônicos, que aqui podemos destacar como produtor rural diferenciado denominado “agropecuarista”. O agropecuarista, ou seja, aquele que consorcia atividades agrícolas com pecuária realiza constantes inversões tecnológicas sobre a terra para garantir a produtividade, complementa sua produção pecuária com diversos cultivos agrícolas (arroz, cereais, oleaginosas, silvicultura⁴).

As pesquisas de campo realizadas com informantes-chaves possibilitaram uma visão geral da realidade das dinâmicas agrárias na fronteira Brasil – Uruguai. A partir destas, foi possível perceber que está ocorrendo uma transformação na dinâmica produtiva na região da fronteira.

Em Rivera destaca-se a produção florestal, mais precisamente o plantio de Pinus e a produção madeireira como a principal transformação a ser visualizada no lado Uruguai. Em relação à zona de fronteira observa-se a transformação do tradicional sistema produtivo, a pecuária de corte, está dando espaço à agricultura, seja a silvicultura ou a soja. A soja aparece consorciada com a cultura de arroz, perdendo espaço para esta em razão da rentabilidade.

Nas entrevistas foi possível constatar que a maioria dos informantes destacam a transformação no espaço da fronteira a partir da Lei Florestal em 1987. Ou seja, nas últimas duas décadas já havia ocorrido incentivos para o plantio de espécies florestais no final da década de 70. No entanto, as transformações se intensificaram a partir da década de 90 em Rivera e se concentram na produção florestal com os incentivos, subsídios e a determinação de áreas de prioridade florestal.

⁴Consideramos a silvicultura, florestação, como atividade rural, portanto, agricultura.

Áreas historicamente ocupadas pela pecuária de corte, basicamente para a carne e lã, foram gradativamente destinadas a áreas de silvicultura, diminuindo as áreas de campo nativo junto ao Departamento de Rivera segundo o censo de 2011. Rivera apresenta um total de 546.352 hectares de campo nativo (INE, 2011). Aos pecuaristas que ainda resistem só lhes resta destinar seu gado para as áreas de plantio florestal, junto as empresas florestais para colocar o gado a pastar nas áreas de florestamento através de arrendamentos com as mesmas. Arrendamentos estes que segundo os entrevistados não são superiores há 11 meses.

No que se refere à silvicultura os entrevistados apontam que áreas rurais foram vendidas para empresas de capital externo. Este fenômeno impulsionou o processo de estrangeirização da terra. E aos pecuaristas restou comprar terras de menor valor no Departamento de Artigas, por serem áreas de basalto possuem maior extensão de área o que propicia o desenvolvimento da atividade pecuarista.

Quando questionados sobre a intensificação de determinados sistemas produtivos e o desaparecimento de outros, os entrevistados relatam que a pecuária de corte ainda é a atividade que caracteriza a zona de fronteira, a produção se mantém. Segundo a fala de um dos entrevistados “o negócio mudou de mão, são outros titulares das terras, os produtores se definem não mais como produtores e sim como empresários”. Em relação ainda a pecuária de corte, a fala do técnico entrevistado destaca que: “o valor da terra é muito alto, tanto no Brasil como no Uruguai, antigamente não era atraente aumentar a produtividade ou fazer um investimento quando a terra valia tão pouco, e hoje não, a terra vale dez vezes mais do que valia, então, o que acontece hoje é que muitos desses produtores fazem investimentos fronteira adentro e não a fora. É muito difícil crescer porque o valor do arrendamento não está de acordo à produtividade”. Segundo, relatos desse entrevistado cada vez mais esses produtores que se denominam empresários e assim modificam sua racionalidade acabam por contratar mão de obra especializada para atuar na produção, sempre visando ampliar a rentabilidade e a produtividade.

Ainda foi possível, através das entrevistas observar estar ocorrendo a diminuição no número de produtores de leite em Rivera. Anteriormente eram 150 produtores e atualmente o número se limita a 34 produtores no máximo. Estes que restaram são os grandes produtores, pois, os pequenos não conseguem mais se manter e venderam as propriedades.

Para a pecuária de corte diminuiu também o número de produtores e os que permanecem adotam, em sua maioria, medidas de melhoramento tanto de manejo, como genético, apontam melhoramento de pastagens, controle de pragas, distribuição de aguadas, instalação de cercas elétricas.

Alguns entrevistados também relataram a persistência de produtores na pecuária de corte pela tradição em manter a atividade e estarem voltados a vida campeira. Conforme palavras de um dos entrevistados “ao desaparecer os pequenos produtores desaparece a cadeia de produção”.

Na produção ovina segundo relatos dos entrevistados também ocorreu à diminuição em números de cabeças. Tal informação vem ao encontro com a crise mundial na década de 90, a qual foi caracterizada pelos altos estoques australianos de lã, pela entrada dos sintéticos no mercado e pelo colapso da antiga União Soviética. A crise afetou o Uruguai e o Rio Grande do Sul reduzindo drasticamente a população ovina. O Rio Grande

do Sul passou de 12 milhões de cabeças para pouco mais de três milhões de animais atualmente. Segundo os entrevistados no Departamento de Rivera a produção já chegou a atingir 28 milhões de cabeças.

O Rio Grande do Sul e o Uruguai voltaram a intensificar a criação de raças laneiras. Esse fato é corroborado pela consulta de dados do censo agropecuário do Uruguai, onde se detecta a estabilização no número de cabeças de ovinos no Departamento de Rivera. No ano de 2005 havia 442.000 cabeças e no ano de 2012 o número de cabeças é de 342.000 (DIEA, 2013). Já em Santana do Livramento no ano de 2004 eram 587.387 cabeças de ovinos, em 2013 já são 608.753 cabeças de ovinos.

Quanto à área orizícola na década de 90 houve um aumento no Departamento de Rivera. Atualmente, segundo uns dos técnicos entrevistados, a área para cultivo de arroz consta de uma superfície mínima para a produção, menos de 5.000 ha. Em Santana do Livramento, de acordo com dados do IBGE (2014) a área plantada de arroz em 2013 foi de 8.627 hectares. Segundo ainda, o entrevistado essa diminuição na área plantada de arroz no Departamento de Rivera, ocorreu em decorrência da queda do preço em meados dos anos 2000, no qual muitos produtores abandonaram a atividade por problemas econômicos e financeiros. Outro elemento determinante para a redução da área plantada é o aumento do preço do combustível, já que o sistema de irrigação utiliza óleo diesel no bombeamento da água. As que permanecem seguem sendo por gravidade. O entrevistado relata que existem de duas a três grandes áreas no Departamento de Rivera que seguem com as instalações de irrigação inoperantes o que afeta diretamente na área de produção da atividade orizícola, pois eram propriedades de grandes áreas com 1500 hectares em média. Segundo palavras do técnico: [...] “o problema do arroz é a rentabilidade... estamos em níveis de produtividade muito grande, entre a produção e a pesquisa não há brecha tecnológica. O mercado do arroz é muito pequeno no mundo e os custos da produção são muito altos”.

Observou-se também um aumento na área de plantio de soja principalmente na zona de Vichadero⁵. Não existem dados específicos do plantio de soja no Departamento de Rivera e sim uma estimativa que varia entre 15000 a 20.000 hectares de área plantada de soja. De acordo com os entrevistados o capital investido no cultivo de soja está associado ao capital Argentino.

As áreas de pecuária de corte mantem-se estáveis e se consolidam com a introdução de técnicas e manejos. O produtor constantemente se atualiza na busca da produtividade e sustentabilidade de seu sistema produtivo. Tal informação é comprovada com os dados do Censo Agropecuário do Uruguai que apresenta um aumento em pastagens artificiais, campos melhorados fertilizados, e com a introdução de cultivos forrageiros anuais. No ano de 2004 Rivera apresentava uma área de 55.414 hectares de pastagens artificiais e em 2012 apresenta uma área superior com 96.071 hectares de pastagens artificiais (DIEA, 2006). Um dos entrevistados aponta como a transformação na dinâmica produtiva se deu na titulação da propriedade. Em 2002, 2003 uma crise financeira fecha o sistema bancário Uruguio provocando grande endividamento do setor agropecuário. Neste momento grandes empresas capitalistas conseguem acessar a propriedade da terra e são estas empresas que começam a desenvolver a agricultura de sequeiro basicamente a soja. “A soja em Rivera está na mão de menos de 10 produtores” (técnico entrevistado).

⁵Vichadero é uma Villa, localidade Uruguia pertencente ao Departamento de Rivera.

Quando questionados, os entrevistados, sobre a continuidade destas transformações na dinâmica agrícola com a inserção da cadeia da soja e da silvicultura, as respostas são distintas. Um dos entrevistados acredita que a soja tende a diminuir em Rivera e se fixar em áreas do Brasil e do Paraguai devido às características ecossistêmicas dessa região. E em relação à silvicultura afirmam que a área de plantio já chegou ao máximo na região departamental de Rivera e que os investimentos devem ser em indústrias de beneficiamento da madeira.

Os entrevistados também apontam à tendência de instalação do agronegócio e das grandes empresas, e que a agricultura em zona de fronteira veio para ficar. Destacam ainda que no Departamento de Rivera o êxodo rural é um fenômeno cada vez mais presente e atuante. Processo este que pode ser visualizado pelo número de taperas, vilas rurais que continham cem (100) habitantes atualmente não passam de dez (10).

Através desta nova dinâmica agrária surgem novas relações sociais, favorecendo o surgimento da pluriatividade e da multifuncionalidade do espaço rural. Relações de arrendamento, venda da força de trabalho para as empresas florestais, seja no momento do plantio ou da colheita. Os produtores familiares presentes na fronteira Brasil-Uruguai podem ser tipificados em dois tipos: os capitalizados e os pluriativos. Portanto, se inserem na lógica produtivista para se manter na atualidade, diversificando a produção e utilizando de tecnologias, quando não possuem capital de giro oferecem sua força de trabalho como mão de obra (pluriatividade), o produtor familiar acaba por se tornar um assalariado rural possivelmente em função dos câmbios tecnológicos os quais não alcança (PIÑEIRO, 2012).

Esta dinâmica proporciona ainda o surgimento de novos sujeitos tais como o técnico especializado produto da presença do capital, que favorece e incentiva a intensificação da ciência, da técnica e do conhecimento. No século XX as mudanças tecnológicas, e a intensificação de pacotes tecnológicos emergem no intuito de criar uma natureza com imagem e semelhança do capital, a inserção de transgênicos, nanotecnologia e agricultura de precisão (BARTRA, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para compreendermos a dialética do território devemos percebê-lo como um espaço híbrido, que se integra à sociedade, a natureza, a política, a economia e a cultura. Utilizando-se do conceito de território híbrido de Haesbaert (2004) visualizamos no rural a materialidade e a diversidade de sujeitos numa complexa interação espaço-tempo.

Observa-se na fronteira Brasil – Uruguai as transformações no espaço através da introdução de novos cultivos e a fortalecimento do agronegócio. O território está sendo construído em paralelo ao conceito de globalização, opondo-se por vezes a este pelas possibilidades que oferece de reconhecer e valorizar as especificidades locais e regionais no enfrentamento ao modelo produtivo vigente. Oferece oportunidade da inclusão do diferencial, do particular no global, pelas oportunidades de desenvolvimento de potencialidades locais e regionais que as valorizam e lhes dão visibilidade (GEHLEN e RIELLA, 2004).

Cabe destacar que os produtores familiares da fronteira correspondem em sua maioria aos pecuaristas familiares. A concepção de “pecuarista familiar” foi inicialmente concebida por Ribeiro, no ano de 2003. O autor define-os como aquele pecuarista que apesar de ter lógicas e estratégias próprias da produção familiar, tem o gado de corte como mercadoria de reserva (efetuando a venda somente quando necessário) e não se enquadra nas políticas públicas específicas da agricultura familiar, em função de dispor de estruturas fundiárias maiores que as estabelecidas. Podemos observar através das entrevistas com alguns produtores e pecuaristas familiares que os mesmos diversificam sua produção como exemplo a produção de fumo e a fruticultura (cultivo da melancia). E são pluriativos, vendem sua força de trabalho para a cadeia de silvicultura seja no momento do plantio com a manutenção dos aceiros, cuidados com as formigas ou na colheita trabalhando junto às máquinas.

O processo de modernização reflete na reprodução desses produtores via integração aos centros agroindustriais e surgimento das atividades não agrícolas, dada à interseção crescente entre a agricultura e os demais setores da economia, não somente nas novas atitudes que referem a consciência sobre as ameaças à biodiversidade quanto à introdução de aposentados com residência fixa no meio rural (VEIGA, 2004). Uma abordagem do desenvolvimento rural sob o enfoque do território leva a repensar a diversidade de sujeitos presentes no rural. Hoje o rural, dinâmico, pode ser contextualizado pelas novas dimensões sociais que desenvolve. E é através dos agricultores familiares que se percebe a agregação de novos valores neste espaço rural através de novos arranjos sociais, não necessariamente econômicos e agrícolas como, por exemplo, a qualidade de vida, segurança alimentar, a equidade social, à preservação ambiental, cultural e identitária (GEHLEN e RIELLA, 2004).

Neste contexto, o desenvolvimento rural e as novas ocupações de trabalho no rural são estabelecidos e proporcionados pelas construções sociais e relações sociais diversificadas em diferentes territórios. A multifuncionalidade dos espaços agrários aliada a políticas de desenvolvimento da agricultura familiar tende a contribuir para o desenvolvimento rural, prova disso são a geração de novos processos econômicos sociais e políticos derivados das novas relações sociais e das atividades rurais. Consequentemente ocorre a formação de múltiplos territórios que ressignificam o espaço atribuindo novos valores e novas formas de produção.

Em todo esse contexto, é inegável que o rural ganhou novas atribuições e compreender as diversidades e as mudanças impostas pelo capitalismo contemporâneo possibilita refletir e repensar se o modelo de desenvolvimento rural adotado é realmente sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Para uma teoria dos estudos territoriais**. In, ORTEGA, A. C. FILHO, N.A. (Org.). Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária. Alínea editora. Campinas, 2007

BARRETO, Alberto G. O. Pereira et al. **O planejamento do município e o território rural**. Junho de 2004. Disponível em: www.ambientebrasil.com.br. Acessado em: 15/09/2006.

BARTRA, A. Del Capitan Swing a José Bové: lostrabajadoresdel campo contra elhombre de hierro. In: Análisis Latino americano del medio rural. Nueva época Nº4. VII Congreso de la Asociación Latino americana de Sociología Rural (ALASRU). Universidad Autónoma de Chapingo. Chapingo México. 2006. pp: 137-156.

BUARQUE, S.C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 1999.

CARNEIRO, M. J. **Ruralidade**: novas identidades em construção. In: Estudos Sociedade Agricultura. Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ, n. 11, Out. p.53-75, 1998.

CARNEIRO, M. J. (Org.); MALUF, Renato (Org.). **Para Além da Produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. v.1.

DEL GROSSI M.E.; SILVA, J.G. da; **O Novo Rural Brasileiro**. In: Oficina de Atualização temática - Projeto Rurbano. 1998. Disponível em: www.eco.unicamp.br. Acessado em: 09 de maio de 2011.

DOMINGUEZ, A. Multifuncionalidad agrícola, sustentabilidad y territorios en el mundo rural. El caso de la fruticultura en el Uruguay. In: Domingues, A. y Pesce, F. (Org). **Lecturas y Analisis: desde La (s) geografía (s) 2**. San Martin: ANEP, 2011.

ESTADÍSTICAS AGROPECUÁRIAS, DIEA. **Anuário Estadístico Agropecuário**. 2006.

ESTADÍSTICAS AGROPECUÁRIAS, DIEA. **Anuário Estadístico Agropecuário**. 2013.

FERNANDES, B. M. **Os campos da pesquisa em educação do campo**: espaço e território como categorias essenciais. I Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo. Brasília, 2005.

FERNANDES, B. M.; PONTE, K. F. da. As vilas rurais do Estado do Paraná e as novas ruralidades. **Revista Terra Livre**. São Paulo: AGB, n.19, p.113-126, 2º sem. 2002.

FROEHLICH, J. M. **Rural e natureza**: as construções sociais do rural contemporâneo. Rio de Janeiro: UFRRJ. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade, área de concentração em Sociedade e Agricultura, 2002.

FROEHLICH, J. M.; DULLIUS, P. R.; PIETRZACKA, R. **A multifuncionalidade do espaço rural na região central do RS - dados gerais**. In: XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2005, Ribeirão Preto. Anais do XLIII Congresso da SOBER. Ribeirão Preto: FEARP-USP/SOBER, 2005. v. 1.

GEHLEN, I.; RIELLA, M. **Dinâmicas territoriais e desenvolvimento sustentável**. Sociologias, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004.

GUANZIROLI, C.; ROMEIRO, A.; BUAINAIN, A. M.; SABBATO, A. Di.;BITTENCOURT,G.**Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

HAESBAERT, R. da C. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____ **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. .

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Produção Agrícola Municipal 2013**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADISTICA-INE. Censo 2011. Uruguay. INE, 2012.

JARA, C. J. **A sustentabilidade do desenvolvimento local**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA): Recife: Secretaria do Planejamento do Estado de Pernambuco- Seplan, 1998.

LOCATEL, Celso. **Agricultura e ruralidade**: uma abordagem. Modernização da agricultura, políticas públicas e ruralidades: mudanças e permanências na dinâmica rural das microrregiões de Jales e de Fernandópolis. 2004 (tese de doutorado)

MATTEI, L. A Relevância da Família como unidade de análise nos estudos de pluriatividade. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, vol. 45, p. 1055- 1073. Rio de Janeiro, 2007.

NEUMANN, P. S. **Agricultura familiar e desenvolvimento**: o debate do “modelo rural” versus “modelo agrícola”. In FROEHLICH, J. M. (Org.); DIESEL, V. (Org.). **Desenvolvimento Rural - Tendências e Debates Contemporâneos**. 2ª. Ed. Ijuí: EDUNIJUÍ, 2009. V. 1.

PIÑEIRO, D. E. Asalto a laTierra: el capital financierodescubreel campo uruguayo. In: (Org.) Guillermo Almeyra, João Márcio Mendes Pereira, Luciano Concheiro, Carlos Walter Porto-Gonçalves. **Capitalismo, terra e poder na América Latina (1982-2012)**. Editora Siglo XXI. México.2012.

RAFFESTIN, Cl. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
SANTOS, M. (Org.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. SP: Hucitec, 1996.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 10.ed. São Paulo: Record, 2008.

SANTOS, E. G. L. dos; COUTO, V. de A.; ROCHA A. dos S. **A multifuncionalidade e a questão agrária no Brasil**: Uma análise da agricultura familiar como geradora das novas funções da agricultura. Exposição feita pelos autores em plenário, no 46ª Congresso da SOBER Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural, realizado em setembro de 2008.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. .

_____. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**: o desenvolvimento econômico na Colônia Silveira Martins (RS). Porto Alegre: Edições EST, 2003.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização**: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Editora da Universidade, 1999.

_____. **Teoria Social, agricultura familiar e pluriatividade**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, 2003.

_____. **A Abordagem Territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas**. *Revista de Sociologia*, Porto Alegre, ano 6, n. 11, 2004. p.88-125.

_____. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno**: elementos teóricos e um estudo de caso. In FROEHLICH, J. M. (Org.); DIESEL, V. (Org.) . **Desenvolvimento Rural - Tendências e Debates Contemporâneos**. 2ª. ed. Ijuí: EDUNIJUÍ, 2009. v.1.

_____ ; CONTERATO, M.A.; KOPPE, L. R.; SILVA, C.C. E. **A pluriatividade e as Condições de Vida dos agricultores familiares no RS**. In: A Diversidade da Agricultura Familiar. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2006, p. 137- 165.

SILVA, J. G. da. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas, Editora da UNICAMP, I.E., 1996. .

_____. **O novo rural brasileiro**. Nova Economia. Belo Horizonte, v.7, n.1; p.43-81, 1997.

SILVA NETO, B. **Sistemas Agrários e agricultura familiar no Rio Grande do Sul**. In FROEHLICH, J. M. (Org.); DIESEL, V. (Org.). Desenvolvimento Rural - Tendências e Debates Contemporâneos. 2ª. ed. Ijuí: EDUNIJUÍ, 2009. v.1.

SOUZA, O. T. **A quem pertence o espaço rural?** Mudanças na relação sociedade e natureza e a dimensão pública do espaço rural. Primeiro Encontro da Rede Nacional de Estudos Rural (UFF/RJ, Julho, 2006).

VEIGA, J. E. da. **Destinos da Ruralidade no processo de globalização**. Estudos Avançados, 18, n. 51, São Paulo, 2004.

WANDERLEY, M. de N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o "rural" como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedades e Agricultura**, Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, n. 15, p. 87-146, 2000.

_____. **Prefácio**. In: CARNEIRO, M. J. (Org.) ; MALUF, Renato (Org.) . Para Além da Produção: multifuncionalidade e agricultura familiar. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. v.1.